



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO: Alternativa do Sistema Financeiro Propulsora do
Meio Econômico e Social**

Diego Victor da Silva Medeiros

**Campina Grande - PB
2018**

DIEGO VICTOR DA SILVA MEDEIROS

COOPERATIVAS DE CRÉDITO: Alternativa do Sistema Financeiro Propulsora do Meio Econômico e Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao programa de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Financeira

Orientador: Prof. ME. José Péricles Alves Pereira

**Campina Grande - PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M488c Medeiros, Diego Victor da Silva.
Cooperativas de crédito [manuscrito] : alternativa do sistema financeiro propulsora do meio econômico e social / Diego Victor da Silva Medeiros. - 2018.
23 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.
"Orientação : Prof. Me. José Péricles Alves Pereira, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."
1. Cooperativismo. 2. Crédito. 3. Banco. 4. Cooperativa de crédito. I. Título

21. ed. CDD 334.2

DIEGO VICTOR DA SILVA MEDEIROS

COOPERATIVAS DE CRÉDITO: Alternativa do Sistema Financeiro Propulsora do Meio Econômico e Social

Este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.

Prof. Dra. Edinadi Batista da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Professores que compuseram a banca:



Prof. Msc. José Perciles Alves Pereira
Orientador



Prof. Msc. Sidney Soares de Toledo
Membro



Prof. Esp. José Luis de Souza
Membro

**Campina Grande - PB
2018**

AGRADECIMENTOS

À Deus por sua infinita misericórdia na minha vida, sempre intercedendo nos momentos mais difíceis e me dando discernimento para trilhar meus caminhos.

Aos meus pais, que mesmo não tendo graduação, mas souberam encaminhar seus filhos no meio acadêmico e mostrar para todos que o caminho do sucesso está no estudo.

À minha esposa Sayane Medeiros, que soube entender nos momentos em que estive ausente outros em que me deu força para continuar, sempre com muito amor, carinho, paciência e companheirismo.

À meu avô José Fernandes de Medeiros que por meio de suas atitudes me conduziu para um caminho de honestidade, com a certeza que tudo que adquirirmos deve vim do nosso trabalho.

Aos meus filhos, que um dia possam ler este trabalho e terem a certeza da dedicação de seu pai com os estudos para garantir o futuro deles por meio da educação.

Ao meu orientador o professor Péricles, porque sem ele eu não estaria concluindo esse trabalho. Por seu cuidado e dedicação sempre visível ao atender seus alunos, que nos momentos que necessitamos ele estava lá com um sorriso para nos ajudar e nos ensinar que o bom da vida não é ter um trabalho, mas sim fazer o que gosta.

Aos professores do curso, que foram muito importantes na minha formação acadêmica.

Aos funcionários da UEPB, Sergio e Marileuda, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio que carrego para o resto da vida.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	pg. 06
2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	pg. 07
2.1. As origens do cooperativismo	pg. 07
2.2. O Conceito	pg. 09
2.3. Princípios	pg. 10
2.4. O Cooperativismo no Brasil	pg. 10
2.5. Posição Atual Do Cooperativismo No Brasil	pg. 12
2.6. Cooperativas de Crédito	pg. 12
2.6.1. Origem das Cooperativas de Crédito	pg. 13
2.6.2. Missão das Cooperativas de Crédito	pg. 14
2.6.3. Objetivo das Cooperativas de Crédito	pg. 14
2.6.4. Estrutura Organizacional das Cooperativas de Crédito	pg. 15
2.6.5. Vantagens de Pertencer a uma Cooperativa de Crédito	pg. 16
2.6.6. Produtos e Serviços de uma Cooperativa de Crédito	pg. 18
3. METODOLOGIA	pg. 20
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	pg. 21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	pg. 22
ABSTRACT	pg. 23
REFERÊNCIAS	pg. 23

COOPERATIVAS DE CRÉDITO: Alternativa do Sistema Financeiro Propulsora do Meio Econômico e Social.

Diego Victor da Silva Medeiros¹

RESUMO

Com a globalização e a aceleração de lucratividade no sistema financeiro, surge as cooperativas de crédito com uma atuação de caráter econômico e social, visando atender seus associados de forma democrática e de interesses coletivos sobre o meio em que atuam. O objetivo geral desse trabalho é discorrer sobre o mecanismo de funcionamento das cooperativas de crédito e como se construíram no Brasil. Como objetivos específicos observar quais vantagens de pertencer a uma cooperativa de crédito, verificar os impactos econômicos que as cooperativas de crédito agregaram para o meio social nas comunidades e caracterizar estas cooperativas de acordo com a contextualização operacional técnica. O método utilizado neste trabalho é uma revisão bibliográfica de característica qualitativa e descritiva baseada em livros, sites, periódicos, revistas e manuais de procedimentos. Por fim, realizou-se uma análise sobre os benefícios das cooperativas para seus associados e comunidade, concluindo que as cooperativas são de fundamental importância para a população e seus associados no meio onde atua.

Palavras-Chave: Cooperativismo. Crédito. Bancos.

1. INTRODUÇÃO

Como alternativa para uma nova ordem econômica e social, o cooperativismo surge para oferecer maior liberdade democrática nas relações de trabalho da sociedade, onde os interesses coletivos sobrepõem os interesses individuais fazendo com que este modelo de cooperar supere as barreiras gerenciais e passem a contribuir com a comunidade local.

O movimento cooperativista, no Brasil, se posiciona na esfera nacional com uma representação política e institucional pelo Sistema OCB, composto da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Confederação Nacional das Cooperativas e do Serviço

¹Aluno de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba
Email: diego_victor47@hotmail.com

Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, cada qual com um objetivo específico, sendo: representação política institucional, representação sindical e promoção da cultura cooperativista e do aperfeiçoamento da gestão, respectivamente. Baseado no contexto social perguntasse: **As cooperativas trazem benefícios e desenvolvimento para a região e para seus cooperados?** O objetivo geral desse trabalho é discorrer sobre o mecanismo de funcionamento das cooperativas de crédito e como se construíram e desenvolveram no Brasil. Como objetivos específicos observar as vantagens de pertencer a uma cooperativa de crédito, verificar os impactos econômicos que as cooperativas de crédito agregaram para o meio social nas comunidades e caracterizar estas cooperativas de acordo com a contextualização operacional técnica. Esse trabalho se justifica pela relevância e eficácia das cooperativas no meio econômico e social no sistema financeiro nacional, sendo este trabalho de relevância, pois traz uma reflexão sobre a importância da implantação de cooperativas para a sociedade.

O trabalho se divide em introdução, numa fundamentação teórica sobre as origens do cooperativismo, o conceito, princípios, o cooperativismo no Brasil, posição atual do cooperativismo no Brasil, cooperativas de crédito, origens das cooperativas de crédito, missão das cooperativas de crédito, objetivo das cooperativas de crédito, estrutura organizacional das cooperativas de crédito, vantagens de pertencer a uma cooperativa de crédito, os produtos e serviços de uma cooperativa de crédito, uma metodologia demonstrando como o estudo foi feito, a apresentação e análise dos resultados estudados. Finalizando com uma conclusão obtida a partir da pesquisa realizada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1. As origens do cooperativismo

As primeiras cooperativas surgiram no início do século XVIII, especialmente na Inglaterra e na Alemanha. Constituiu a primeira cooperativa formal a iniciativa tomada em Rochdale, pequena cidade na Inglaterra, na época com 24.421 habitantes, em 21 de dezembro do ano de 1844, por um grupo de trabalhadores, tecelões, cujos princípios se tornaram referência para todo o movimento cooperativista internacional, segundo o livro “The Rochdale Pioneers” de Brown, W. Herny, citado por CARNEIRO, Palmyos Paixão.

A ideia dos 28 pioneiros prosperou. Quatro anos após sua criação, a cooperativa já contava com 140 membros. Doze anos depois, em 1856, chegou a 3.450 sócios com um capital social que pulou de 28 libras para 152 mil libras.

Rech (2000), resgatando a história, observa que tipos semelhantes de organização apareceram muito antes do séc. XVIII, com experiências dos povos do Egito, Grécia e América.

Este formato de cooperativas da antiguidade estava baseado em princípios socialista e capitalista, onde existia o cooperativismo nas relações de negociação ou de convívio, mas não estava evidenciada formalmente. Rech (2000, p. 10) afirma ainda que:

Somente no século XIX, é que as cooperativas se consolidaram no modelo atual. Apesar do funcionamento das cooperativas ser semelhante em quase todo o mundo, o seu conteúdo ideológico costuma apresentar perspectivas muito diferenciadas que podem ser resumidas em duas grandes posições: a socialista e a capitalista.

Apesar das diferenças ideológicas fundamentais entre o socialismo e o capitalismo existem exemplos interessantes de formas de organizações comunitárias. Parafraseando Rech (2000), Israel, mesmo sendo um país essencialmente capitalista, também implementou uma forma típica de cooperativa socialista, com os seus Kibutz (espécie de cooperativa comunitária de produção agrícola) ou os Moschav (comunidade de agricultores na qual cada um dirige sua granja, sendo o cooperativismo praticado nas operações de compra e venda), ou os moschav shituf (com uma só empresa agrícola explorada em comum por todos os habitantes de uma determinada região e cujas rendas são distribuídas entre as famílias segundo suas respectivas necessidades). A propriedade da terra é do estado e a cooperativa é pensada como se fosse uma aldeia, com sua vida própria e suas relações consolidadas.

Já os liberais e fisiocratas capitalistas entendem as cooperativas como corretivo dos defeitos do sistema capitalista. Ainda segundo Rech (2000, p. 15):

Esta perspectiva, um tanto romântica, é, e conveniente é na verdade, a assumida nos países capitalistas e tornou-se a base da nossa legislação e política cooperativista. Nesse caso a cooperativa viria atenuar as características egoísticas e concentradoras de capital do sistema vigente.

Esta foi uma das preocupações que o grupo de cidadãos de Rochdale teve presente quando fundou a primeira cooperativa oficial da história moderna. O grande dilema histórico que se lhes apresentou foi o de que o contrato de trabalho e dos negócios, teoricamente fundado na livre decisão entre as partes, acabava sendo unilateral e produzia uma escravidão tão grande ou maior do que a existente na Idade Antiga.

Para compreender o caminho histórico da formação cooperativista permeado pela filosofia capitalista em alguns momentos, e em outros pela filosofia socialista vale lembrar Rodrigues (1982, p. 8):

Desde a constituição da primeira cooperativa em Rochdale, há mais de um século e meio atrás, o cooperativismo foi considerado como a terceira via para o desenvolvimento econômico e social, entre o capitalismo e o socialismo. Fluía como

um rio entre duas margens, como opção entre esses regimes. E cresceu desenvolvendo-se como uma grande onda que atingiu todos os povos. Foi a primeira onda da história da cooperação. No final dos anos 90, as duas margens se desmoronaram: o socialismo desapareceu e o capitalismo se transformou.

Assim, podemos acreditar que a prática cooperativista vem como uma possibilidade de concretizar um sonho da democracia de diminuir desigualdades e unir povos. Uma manifestação destacável sobre a solução cooperativista foi proferida por uma das maiores autoridades religiosa de nosso tempo, o Papa João Paulo II, reconhecendo que “O cooperativismo está como a democracia, completamente penetrado pelo espírito cristão. Ela constitui o único ordenado fecundo, ao qual conduz o amor cristão, quando deseja encarar a justiça social em fatos concretos.” (MEINEN, 2004, p. 143).

Existem vários exemplos de cooperativas que podem ser citadas dos séculos passados com algumas que perduram até hoje: “No Brasil, tem o exemplo dos negros que se organizavam em Quilombos que também funcionaram com redes cooperativas” (BÚRIGO, 2006), como também as populações agrícolas da Europa para construir diques, canis, serrarias e obras de drenagem em comum; associações de poupança e crédito rotativo.

2.2. O Conceito

Segundo a Aliança Corporativa Internacional (ACI) (2004) apud CANÇADO (2004) o conceito de cooperativismo consiste em seus princípios, a autonomia, a independência e preocupação com a comunidade. Sobre o conceito de autonomia e independência:

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas. (ACI, 2004).

Quanto ao princípio da preocupação com a comunidade a ACI (2004) apud CANÇADO (2004) diz que: “As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros”.

Na precisa definição de PLÁCIDO e SILVA (20010, em sua consagrada obra, VOCABULÁRIO JURÍDICO, vol.1, 12ª edição, Forense, cooperativismo é:

Derivado do mesmo modo que cooperativa, do latim *cooperare*, é aplicado para designar o sistema econômico que se funda nas cooperativas, em virtude do qual se

estabelecem os princípios coordenadores, disciplinares e promotores da maior amplitude das organizações, que se propõem pela cooperação, a dar mais satisfatórios resultados das mesmas cooperativas. PLÁCIDO E SILVA (2001).

Mediante esses conceitos, percebe que o cooperativismo pode ser considerado como um modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento sustentável, que reuni a união de pessoas com participação democrática, independente e autônoma, buscando alternativas para a crise de emprego e a problemática da organização e visando um resultado comum que difere das empresas convencionais, conforme mostrado na Figura 1,

Figura 1 – Diferenças Entre Cooperativas e Empresas Convencionais

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE COOPERATIVAS E EMPRESAS CONVENCIONAIS	
Empresas convencionais	Cooperativas
São sociedades de capital.	São sociedades de pessoas.
Concentração do lucro em poucas pessoas.	Distribuição de riquezas entre os associados.
A tomada de decisões é proporcional ao capital.	A tomada de decisões é realizada de forma democrática: cada pessoa tem um voto.
Lucro é proporcional ao capital investido.	Resultado proporcional à participação de cada cooperado.

Fonte: agenda institucional do cooperativismo (2015).

2.3. Princípios

Os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores. Em sua simbologia, são associados às cores do arco-íris, que veio a ser adotado, originariamente, como uma espécie de emblema universal do cooperativismo.

São princípios do cooperativismo a livre adesão, gestão democrática, participação econômica, autonomia, educação, intercooperação e os interesses da comunidade. No qual todos respeitam a capacidade de opinar e participar, em conjunto, sem haver distinções de interesses e causas, buscando melhores condições educacionais e socioeconômicas para seus associados e sua comunidade.

2.4. O Cooperativismo no Brasil

O ideal cooperativista no Brasil, surgiu apenas no final do século XIX, onde um dos principais motivos por esse novo modelo de sociedade foi a conjuntura econômica brasileira após a abolição da escravatura, onde estava passando por uma constante transformação no seu

processo de industrialização e aparecimento de emigrantes, criando condições favoráveis para o aparecimento das primeiras cooperativas.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), no Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa, estimulada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Oficialmente, este movimento teve início em 1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto — cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Depois dela, surgiram outras cooperativas em Minas e nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Em 1902, o padre suíço Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira, que continua até hoje em atividade. Com sede em Nova Petrópolis (RS), a cooperativa foi a solução encontrada por Amstad para melhorar as vidas dos moradores do município, que até então não contava com nenhum banco.

A partir de 1906, foi a vez de surgirem as cooperativas agropecuárias, idealizadas por produtores rurais e por imigrantes, especialmente de origem alemã e italiana. Esses “brasileiros de coração” trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a se organizar em cooperativas.

Em 2 de dezembro de 1969 o cooperativismo ganhou sua própria entidade de representação. Naquele dia foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e no ano seguinte, a entidade foi registrada em cartório. Nascia formalmente aquela que é a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional. Sociedade civil e sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa.

Dois anos depois, a Lei 5.764/71 disciplinou a criação de cooperativas com a instituição de um regime jurídico próprio, destacando o papel de representação da OCB, mas trazendo ainda alguns pontos que restringiam, em parte, a autonomia dos associados. Essa limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início efetivamente à autogestão do cooperativismo.

Em 1995, o cooperativismo brasileiro ganhou reconhecimento internacional. Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, foi eleito o primeiro não europeu a presidir a Aliança Cooperativista Internacional (ACI). Este fato contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

Com relação a natureza jurídica a Constituição Federal de 1988 passou a tratar em dispositivos diversos os temas sobre cooperativa, o que não se verificava na Lei Maior

anterior. Através de legislações novas da Constituição Federal de 1988, este tipo de associação ganhou mais importância, além de legalidade cada vez maior.

Com o amparo legal da constituição, Lei nº 5.764/71 ou ainda a que vier alterá-la, novas cooperativas foram criadas no Brasil, respaldadas na legislação que as protege, revelando cada vez mais seu potencial e capacidade de intervir no campo social e econômico do país.

2.5. Posição Atual Do Cooperativismo No Brasil

Do campo às grandes cidades, as cooperativas atuam em diversos setores da economia. Para facilitar a organização e representação, as atuações foram divididas em 13 ramos. Assim, ficam mais próximas da realidade dos ramos de atuação e fazem um trabalho capaz de impactar positivamente o cooperativismo em uma cadeia que leva todo mundo junto para frente: pessoas, negócios, economia e o país, conforme apresentado no quadro 1:

QUADRO 1: Empregados, associados e cooperativas por ramos de atividade

RAMO	EMPREGADOS	ASSOCIADOS	COOPERATIVAS
AGROPECUÁRIO	188.777	1.016.606	1.555
CONSUMO	14.056	2.990.020	147
CRÉDITO	50.268	7.476.308	976
EDUCACIONAL	3.966	50.487	279
ESPECIAL	9	315	8
INFRAESTRUTURA	6.154	955.387	125
HABITACIONAL	886	114.567	293
PRODUÇÃO	3.458	12.494	257
MINERAL	187	57.204	79
TRABALHO	1.580	193.773	895
SAÚDE	96.230	225.191	813
TURISMO E LAZER	15	1.823	23
TRANSPORTE	11.209	136.425	1205
TOTAL	376.795	13.230.600	6.655

FONTE: Núcleo de dados da OCB de 2018.

2.6. Cooperativas de Crédito

O Banco Central do Brasil define cooperativas de crédito como uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Os associados têm poder igual de voto independentemente da sua cota de

participação no capital social da cooperativa. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras, sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas a falência, constituídas com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados. Com o propósito de suprir de forma mais eficaz a vida econômica e social de seu usuário, a instituição opera com a cota parte de todos os associados, por meio do seu capital social, que seria a contra partida da pessoa seja física ou jurídica, deve aportar para ser sócio de uma cooperativa de crédito, onde este capital é depositado mensalmente, mantendo e aumentando cada vez mais o poder financeiro de sua instituição, que proporciona ao cooperado produtos e serviços financeiros com taxas e tarifas reduzidas, além de realizar a distribuição de seu resultado no final do exercício por meio das “sobras” que a cooperativa distribui.

O resultado líquido do exercício de uma cooperativa, também conhecido por “sobras”, é a parcela de contribuição que o associado recebe de acordo com a sua contribuição na cooperativa no exercício anterior, sendo disponibilizada na conta capital do associado. Conta capital é a conta investimento que o associado possui na cooperativa para realizar aportes mensais, ficando este dinheiro a disposição da cooperativa até o desligamento do associado, que receberá a partir do próximo exercício da cooperativa o valor integral mais rendimentos, de acordo com as exigências contidas no estatuto de cada instituição.

Conforme a dimensão e objetivos uma sociedade cooperativa se enquadra em classificação específica. Estas são divididas em três tipos, sendo singulares ou de 1º grau que são as cooperativas que prestam serviços direto aos associados, centrais ou de 2º grau que tem o objetivo de organizar os serviços realizados nas singulares e as confederações ou de 3º grau que organizam o serviço realizados por suas centrais.

2.6.1. Origem das Cooperativas de Crédito

Segundo Pinheiro (2008) surgiu em 1847, onde, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio para a população rural, que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen. A primeira cooperativa, fundada por ele em 1864, chamava-se “Heddesdorfer Darlehnskassenverein” (Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf). As cooperativas criadas por Raiffeisen, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados,

a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-parte, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não-distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Ainda hoje, esse tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha.

De origem prussiana, Herman Schulze, foi o pioneiro no que tange às cooperativas de crédito urbanas. Em 1856, organizou sua primeira “associação de dinheiro antecipado”, uma cooperativa de crédito na cidade alemã de Delitzsch. As cooperativas fundadas por Herman Schulze passariam a ser conhecidas como “cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch”, atualmente conhecidas na Alemanha como bancos populares. Essas cooperativas diferenciavam-se das cooperativas do tipo Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, à área de atuação não-restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados.

2.6.2. Missão das Cooperativas de Crédito

A missão funciona como o propósito orientador para as atividades da organização e para aglutinar os esforços dos seus membros. Serve para clarificar e comunicar os objetivos da organização, seus valores básicos e a estratégia organizacional. Cada organização tem a sua missão própria e específica. A missão pode ser definida em uma declaração formal e escrita, o chamado credo da organização, para que funcione como um lembrete periódico a fim de que os funcionários saibam para onde e como conduzir o negócio. (CHIAVENATO, 2005, p.63).

Muito embora o conceito de missão tenha se disseminado e impregnado as organizações, para Drucker (1992, apud RODRIGUES et al, 2009, p.41) "a definição da missão é um processo arriscado, difícil e penoso, porém o único meio de desenvolver estratégias e concentrar recursos para trabalhar".

As organizações cooperativas em sua estrutura organizacional tratam como missão a promoção de um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, por meio da representação político-institucional, promover cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras e defender o cooperativismo e os interesses da categoria econômica das cooperativas brasileiras.

2.6.3. Objetivo das Cooperativas de Crédito

Os objetivos são os resultados que a organização pretende realizar. Nesta etapa, deve-se identificar aonde a empresa quer chegar. Apoiando as cooperativas na sua inserção em mercados, promovendo a cultura da cooperação e disseminando a doutrina, os valores e seus princípios, estruturado em um sistema sindical.

O Sicoob traça seu objetivo como "Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados".

2.6.4. Estrutura Organizacional das Cooperativas de Crédito

A organização das cooperativas no meio onde elas atuam, segue com a divisão de organizações de representatividade internacional que representam o sistema perante a ONU e outras organizações, os órgãos normativos que determinam regras gerais para o funcionamento das instituições, as entidades supervisoras que atuam de fiscalizando o cumprimento das regras gerais para o funcionamento e as operadoras que atuam diretamente na intermediação financeira entre o associado e o sistema financeiro.

Já a organização interna das cooperativas, possui a seguinte função:

- **Assembleia Geral:** Principal ferramenta de tomada de decisão na sociedade cooperativa, a assembleia é o órgão máximo que delibera o norte da cooperativa aprovando, reprovando e ou autorizando todo planejamento da instituição, onde os associados que não participarem desta acatam as deliberações de forma tácita.

- **Conselho Fiscal:** Responsável por toda fiscalização da administração da cooperativa, o conselho fiscal tem caráter regulador, onde atua nos diversos campos da gestão administrativa e financeira, realizando aprovação da prestação de contas da cooperativa, com poderes de convocação de assembleia, visando a boa gestão do conselho administrativo e diretoria dentro dos interesses da assembleia.

- **Conselho de Administração:** Responsável por traçar as funções estratégicas da cooperativa e acompanhar o cumprimento deste plano através de sua diretoria, este conselho visa assegurar a avaliação dos principais riscos da cooperativa, aprovando um plano de contingência em harmonia com os princípios cooperativistas e zelando pelo cumprimento do código de conduta da instituição.

- **Auditoria Externa:** Conforme o Guia de Auditoria Cooperativa aplicável nas Cooperativas de Crédito do Brasil, da Confederação Alemã de Cooperativas DGRV (2017), no início de 2014, o Banco Central do Brasil, motivado pela necessidade de aprimorar o processo de auditoria das cooperativas de crédito no Brasil, elaborou um plano estratégico junto a estas instituição que pudessem apresentar maior sustentabilidade em seus processos de estrutura e controle, frente ao crescimento vertiginoso que este segmento vem tomando no país.

Após consultas públicas e discussões com este segmento, foi instituída por meio da Resolução CMN 4.454/15 a chamada “auditoria cooperativa”, instrumento utilizado para haver maior engajamento na integração das informações transmitidas pela cooperativa junto com a supervisão destas por meio do Banco Central.

Por meio da Circular BCB 3.790/16, o Bacen definiu os requisitos mínimos do escopo da auditoria da cooperativa e elaboração de relatórios por meio da circular BCB 3.799/16, onde estas operações podem ser realizadas por empresa de auditoria independente ou por Entidade de Auditoria Cooperativa (EAC), ambas devendo estar credenciadas no Banco Central do Brasil.

Auditoria Interna: A Resolução CMN 4.588/17, aprimorou as regras que tratam da auditoria interna, atividade desempenhada na 3ª linha de defesa do sistema de controles internos das cooperativas de crédito.

É fundamental que a auditoria interna tenha autonomia para realizar uma avaliação independente e imparcial acerca da qualidade e efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança das cooperativas de crédito.

Ante o exposto, percebe-se que a auditoria interna quando implantada, conforme a regulamentação em vigor, será uma importante atividade dentro da governança das cooperativas de crédito, principalmente para as cooperativas não integrantes de sistemas organizados, que poderão ter como melhor prática as atribuições, responsabilidades e estruturas da auditoria interna definidas no estatuto social da cooperativa.

Diretoria Executiva: A forma de Diretoria caracteriza-se pelo fato de existirem associados diretores eleitos para funções específicas. É comum existir um diretor para cada área de atividade da cooperativa, todos eles subordinados a um Presidente, também associado.

Funcionários: Ferramenta de trabalho principal dentro da instituição, responsável pelo canal de comunicação entre a cooperativa e o cooperado.

2.6.5. Vantagens de Pertencer a uma Cooperativa de Crédito

As cooperativas de crédito igual aos demais ramos do cooperativismo, não visam lucratividade, mas sim a integração das pessoas dentro do sistema financeiro com maior consciência do meio financeiro proporcionando uma reeducação financeira com produtos e serviços com valores mais acessíveis.

Os bancos, em geral, são controlados por um grupo de acionistas que visam o lucro próprio.

As cooperativas financeiras, por outro lado, são constituídas pelos próprios cooperados para atender seus interesses. Assim, todos os associados têm participação econômica na instituição, adquirindo quotas do negócio ao associar-se.

Além disso, nas cooperativas, cada cooperado tem um voto. As decisões são tomadas de forma democrática, em Assembleias Gerais, por todos aqueles que usufruem dos produtos

e serviços financeiros da cooperativa, os cooperados (que são, simultaneamente, os donos do negócio).

Ou seja, diferente dos bancos em que os clientes não influenciam nos produtos, nas cooperativas financeiras, os cooperados participam ativamente das decisões, podem acessar informações, pedir esclarecimentos, opinar e votar, além de operar com a cooperativa e usufruir de seus produtos e serviços.

Devido aos valores mais justos e humanos demonstrados pelo cooperativismo, há quem associe essas instituições apenas a pequenas comunidades e cidades do interior.

Porém, é bom saber que as instituições cooperativas já formam a segunda maior rede brasileira de atendimento e serviços bancários, com mais de 5.000 pontos de atendimento.

Além da progressiva ampliação de disponibilidade nos atendimentos presenciais pelo país, as cooperativas também têm investido no oferecimento de canais online e aplicativos digitais, para facilitar comunicações, transações, etc.

Dessa forma, as cooperativas financeiras mostram-se cada dia mais próximas de seus cooperados, em todas as regiões, e cada vez mais competitivas, mantendo-se fiéis aos seus princípios e ao propósito de buscar o benefício geral.

Cooperativa	Banco
O principal é o homem.	O principal é o capital.
O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade.	Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores.
Cada pessoa conta com um voto na assembléia.	Cada ação ou cota conta com um voto na assembléia.
O controle é democrático.	O controle é financeiro.
É mais uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	É uma sociedade de capital que funciona Hierarquicamente.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros	As cotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta o intermediário.	São, muitas vezes, os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações.
Aberta à participação de novos componentes.	Limita por vezes, a quantidade de acionistas.
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida.	Contrata o trabalhador como força de trabalho.
Defende preços justos.	Defendo o maior preço possível.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é econômico.

FONTE: <http://sicoobcredicomigo.com.br/associe-se-ao-sicoob/>, em 02/09/2018 às 15:30.

2.6.6. Produtos e Serviços de uma Cooperativa de Crédito

Uma cooperativa de crédito possui todos os produtos e serviços de um Banco Comercial, porém com o diferencial de não visar lucro a cooperativa oferece uma reeducação financeira por métodos mais humanizados. Todos os produtos e serviços oferecidos na cooperativa de crédito, só podem ser comercializados devidos estas instituições estarem atreladas a um banco comercial, conhecido e regulamento pelo BACEN com Banco Cooperativo.

O Banco Cooperativo é um banco comercial ou banco múltiplo constituído, obrigatoriamente, com carteira comercial. Diferencia-se dos demais por ter como acionistas-controladores cooperativas centrais de crédito, as quais devem deter no mínimo 51% das ações com direito a voto.

Quadro 3: Ranking de Resultado 1º trimestre de 2016

RESULTADO (LUCRO LÍQUIDO ou SOBRAS)								
Ranking		Instituição	Valores em R\$ Mil		Per. Acum.	Market Share		Per. Acum.
mar/16	mar/15		mar/16	mar/15	Período	mar/16	mar/15	Período
1	1	ITAU	4.463.213	5.783.162	-22,8%	23,9%	24,5%	-0,5
2	3	BRABESCO	4.128.379	4.254.340	-3,0%	22,1%	18,0%	4,1
3	2	BB	2.378.020	5.760.593	-58,7%	12,8%	24,4%	-11,6
4	7	SANTANDER	1.226.228	721.574	69,9%	6,6%	3,1%	3,5
5	6	BTG PACTUAL	1.008.510	937.274	7,6%	5,4%	4,0%	1,4
6	8	SICOOB	581.068	536.378	8,3%	3,1%	2,3%	0,8
7	5	CAIXA	554.794	1.174.255	-52,8%	3,0%	5,0%	-2,0
8	9	SAFRA	461.505	456.607	1,1%	2,5%	1,9%	0,5
9	11	BANRISUL	188.077	147.032	27,9%	1,0%	0,6%	0,4
10	17	JP MORGAN CHASE	136.167	94.733	43,7%	0,7%	0,4%	0,3
22	50	BANCOOB	33.148	20.500	61,7%	0,2%	0,1%	0,1
28	36	BANSICREDI	18.232	33.537	-45,6%	0,1%	0,1%	0,0
		SCC	1.120.911	1.087.571	3,1%	6,0%	4,6%	1,4
		SCC + BC. COOPS.*	1.172.291	1.141.608	2,7%	6,3%	4,8%	1,5
		SFN	18.642.589	23.620.982	-21,1%	81,1%	84,1%	-3,0
		Total dos 10 maiores						

Fonte: Sicoob Confederação, Sicredi e Banco Central do Brasil.

Nota: (*) Soma simples do Sistema de Crédito Cooperativo e Bancos Cooperativos.

Elaboração: Sicoob Confederação - Área de Planejamento

O Banco Cooperativo oferece produtos e serviços financeiros às cooperativas, ampliando e criando possibilidades de negócios e gestão centralizada dos recursos financeiros do sistema.

Desta forma, as cooperativas de crédito contam com uma linha completa de cartões de crédito, poupança, previdência, seguros, consórcios e linhas de créditos, aplicações financeiras, entre outros, em condições significativamente competitivas.

Os cartões de débito, crédito rotativo ou parcelado é um dos produtos comercializados nos bancos comerciais e nas cooperativas de crédito. Operando com as bandeiras MasterCard, Visa e Cabal, os cartões de cooperativas também costumam oferecer programas de prêmios e

recompensas. A grande diferença entre os cartões de bancos para os das cooperativas está na taxa de juros, estas sendo bem mais onerosas nos bancos.

Em janeiro de 2018, a média das taxas cobradas ao mês no Cartão de Crédito Rotativo dos bancos foi de 14,1% ao mês, enquanto que no Sicoob ficou em 7,9% ao mês. Na opção de Cartão de Crédito Parcelado, com possibilidade de parcelar o total da fatura, a média por mês no ano passado nas cooperativas do Sicoob ficou em 3,8% ao mês. A taxa das principais instituições tradicionais foi de 8,4% ao mês.

A caderneta de poupança é um dos investimentos mais tradicionais do país por conta da segurança que ela garante. Sua rentabilidade é definida pelo Banco Central. Sendo assim, todos os bancos, inclusive as cooperativas financeiras, são obrigados a praticar a mesma correção para esse investimento. Independentemente da instituição bancária que o cliente deseje poupar suas economias, a rentabilidade será a mesma.

No que tange a aquisição de previdências privadas o grande diferencial entre as instituições e que a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), não possui fins lucrativos e, por isso, busca sempre oferecer taxas mais baixas, suficientes para suprir somente aquilo que é realmente necessário para o funcionamento da Entidade.

As Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), por possuírem fins lucrativos, tendem a apresentar taxas maiores. Quando um participante adere a um plano de uma Entidade Aberta de Previdência Complementar, a reserva do seu plano é aplicada em investimentos e a rentabilidade obtida é repassada aos participantes, mas a taxa de administração descontada deverá ser suficiente para suprir as despesas administrativas e gerar lucros à Entidade.

Com taxas de administração menores, economia na aquisição de bens ou produtos em parcelas sem juros e taxas de administração competitivas, os consórcios e seguros nas cooperativas são oferecidos a nível nacional, com intermediação das principais instituições do mercado financeiro.

Em um país com a maior taxa de empréstimo do planeta e com o spread bancário entre os mais altos do mundo, o Sicoob – sólida instituição financeira cooperativa do Brasil – cresce como alternativa de crédito mais justo nesse cenário.

Além do atendimento humanizado e personalizado, entre outras vantagens e diferenciais estão as taxas menores de juros. As opções atendem a diversas necessidades incluindo crédito pessoal, empresarial, financiamentos e consignado.

Se comparadas com os bancos tradicionais, as taxas praticadas pelo Sicoob são inferiores chegando, em alguns produtos, a menos da metade do valor cobrado pelos bancos

tradicionais. “Este é um dos principais destaques das cooperativas financeiras e sempre foi assim. Os juros do cheque especial, por exemplo, somados as taxas cobradas no rotativo dos cartões de crédito são os maiores vilões no mercado. No Sicoob, oferecemos uma ampla linha de crédito com taxas bem mais vantajosas”, afirma Henrique Vilares, presidente do Sicoob Confederação.

No cheque especial os juros do cheque especial se mantiveram num patamar altíssimo em 2017, mesmo com as sucessivas quedas da taxa Selic. Em janeiro deste ano, a média mensal dos bancos ficou em 12,8% ao mês. Já a do Sicoob, a taxa média de juros foi de 6,5% a.m. A Conta Garantida do Sicoob, que equivale ao cheque especial para pessoa jurídica, teve média mensal de 4,9% ao mês. A dos bancos, mais que o dobro, 13,1% a.m.

O Crédito Pessoal é outra modalidade disponível, muito utilizada pelos correntistas e cooperados, que ajuda em despesas imediatas como, por exemplo, conserto do carro, pagamento de dívidas, reforma da casa etc, é o Crédito Pessoal. A média mensal cobrada pelo Sicoob em janeiro foi de 2,3% ao mês. Já a taxa de juros dos bancos para o crédito pessoal ficou em 3,4% ao mês.

Capital de Giro, crédito muito utilizado para o financiamento de operações de uma empresa, seja para aquisições para o estoque ou despesas operacionais, o Capital de Giro, também se mostra grande diferença em relação as taxas de juros cobradas pelo Sicoob. A média mensal do Sistema em janeiro foi de 1,8%, já a dos bancos foi de 2,9%.

Considerando o volume de negócios realizados no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo em 2017, e comparando os preços médios praticados nas cooperativas com os que seriam praticados pelos bancos nas mesmas operações, os cooperados, por contratarem com as próprias instituições financeiras (cooperativas), tiveram uma renda agregada ou uma economia na ordem de R\$ 25 bilhões (aproximadamente R\$ 2,5 mil por pessoa) no ano.

3. METODOLOGIA:

A metodologia da pesquisa quanto ao tipo é qualitativa, uma vez que trata de um estudo complexo, de natureza e contexto social. Segundo Richardson (2009), a abordagem qualitativa é aquela que não emprega instrumental estatístico como base do processo de análise do problema. Já quanto aos fins a pesquisa é caracterizada como explicativa descritiva. Na pesquisa explicativa “o pesquisador procura explicar as causas dos problemas ou fenômenos, isto é, busca o porquê das coisas”, comumente apoiando-se numa investigação do tipo descritiva ou exploratória (FIORENTINI; LORENZATO, 2009, p. 70).

Quanto aos meios este trabalho é uma revisão bibliográfica baseada em livros, sites e periódicos sobre cooperativas, tais como revistas e manuais de procedimentos. Segundo Gil (2009), a pesquisa bibliográfica busca explicar um problema a partir de referências teóricas já publicadas, constituída principalmente de livros, monografias, teses e 6 publicações periódicas, como jornais e revistas. Tem por intuito possibilitar o conhecimento e a análise das contribuições culturais ou científicas existentes sobre um determinado assunto, permitindo ao pesquisador a cobertura mais ampla de uma gama de fenômenos.

Por fim, foi analisado a relevância e o impacto das cooperativas atuais em prol da sociedade

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O ramo de atuação da cooperativa aqui analisada é o de crédito, ramo este que possui cerca de 976 cooperativas no Brasil, 7.476.308 associados e 50.268 empregados, conforme dados do Núcleo de dados da OCB de 2018, no qual cooperativa tem por missão buscar o bem estar financeiro dos associados e dependentes mediante a educação financeira e a oferta de produtos e serviços econômicos financeiros.

Com sua missão de garantir igualdade e democracia ao sistema, o cooperativismo proporciona ações de cunho econômico social em sua região de atuação, com base nas necessidades de serviços e produtos financeiros das pessoas, sendo que os benefícios gerados deverão, necessariamente, retornar para seus sócios, ou seja, por meio de uma boa governança e de seu equilíbrio financeiro a cooperativa poderá atuar forte em seu projeto social, refletindo no desenvolvimento humano das regiões de atuação destas, demonstrado no quadro abaixo:

IDH



→ IDH e municípios com sede de cooperativas

	CO	NE	N	SE	S	Brasil
Cooperativas	650	1.718	772	2.285	1.227	6.652
% Municípios com Cooperativas	29,37	30,99	36,30	32,19	31,31	31,71
Cooperativas por Município	1,44	0,97	1,59	1,76	1,20	1,35
IDH dos Municípios sem cooperativas	0,727	0,600	0,647	0,730	0,763	0,666
IDH dos municípios com Cooperativas	0,757	0,633	0,694	0,760	0,789	0,701

O IDH é a síntese de quatro indicadores: Produto Interno Bruto (PIB) per capita, expectativa de vida, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior). Estes índices são divulgados a cada 10 anos pelo PNUD. Anualmente é divulgado um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), que sinaliza o Ranking do Brasil com relação aos outros países. Posição em 2005: 68ª numa lista de 177 países e territórios.



Ao analisarmos a regulamentação e normatização de funcionamento das cooperativas, mediante a Lei 5.764/1971, que define a política nacional do cooperativismo no Brasil, fica

expressamente obrigado a constituição de fundos legais: Fundo de Reserva e Fates – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

O fundo de reserva tem a finalidade de reparar eventuais perdas ou danos que a cooperativa venha a causar aos seus associados, podendo estarem sujeitos a rateio com os associados, já o FATES destinado à prestação de orientação e de serviços variados ao corpo associativo, realização de treinamentos diversos e constituição e manutenção de programas na área social

Outro mecanismo utilizado pelas cooperativas de crédito para o lado socio educativo é a propagação do ensino cooperativista para a sociedade que lhe rodeia, proporcionando informações e capacitações sobre o tema. Sendo um sistema de educação baseado em escolas de Liderança e Governança, Cooperativismo, Cultura e Cidadania, Excelência Operacional e Negócios a implantação da universidade supre as necessidades dos profissionais e das áreas e antecipa as demandas que estão alinhadas com as estratégias e diretrizes da organização.

Por fim e ainda sobre a temática se as cooperativas trazem benefícios e desenvolvimento para a região e para seus cooperados? Verifica-se os benefícios e desenvolvimento que a cooperativa traz para a região e para seus cooperados por meio de seus produtos e serviços com valores e taxas mais atraentes no mercado financeiro, com a distribuição de resultados que a mesma realiza anualmente no final de seu exercício para seus associados, capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades e investimentos em programas sociais, assistências e técnicos sendo estes para seu público ou com entidades públicas e privadas por meio de convênios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual conjuntura do país, os altos índices de desemprego, uma política de individualismo e a situação econômica e financeira as cooperativas de crédito atuam como sistema propulsor do meio social no âmbito econômico e financeiro.

O cooperativismo se traduz na mais pura organização democrática voltada para a solução de problemas comuns, e isso em sua enorme maioria tem sido comprovado na prática. Uma de suas mensurações é no próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que comprova em números que onde o cooperativismo está presente os índices de desenvolvimento são superiores. De forma voluntária e livre os interessados aderem aos ideais e objetivos da cooperativa, qual seja o de atender as necessidades dos que a constitui, beneficiando estruturalmente a sociedade em aspectos socioeconômicos, culturais e conjunturais.

Como instituição sem fins lucrativos, cuja finalidade é a ajuda mútua ao seu associado, seja pessoa física ou jurídica de determinado ramo, a cooperativa visa atender seus associados com autonomia, independência, democracia e preocupação com a comunidade, criando um modelo de negócio sustentável aprovado por seus membros. Através da educação financeira as cooperativas auxiliam seus sócios a buscarem alternativas mediante a crise que o país está passando, por meio de seus produtos e serviços com taxas e juros menores que outras instituições financeiras do mercado, além de distribuir seus resultados e realizar investimentos na comunidade local por meio de suas reservas FATES.

A ação competitiva do mundo globalizado recriou um papel importante no cooperativismo, ao mesmo tempo que o Estado reduziu sua atuação social no país e no mundo, sendo as cooperativas uma excelente alternativa de negócio crescente em todo o meio.

ABSTRACT

With globalization and the acceleration of profitability in the financial system, arises the credit cooperatives with a performance of character and the social and economic, in order to meet their associated democratic and collective interests, on the environment in which they operate. The general objective of this work is to elaborate on the mechanism of functioning of credit cooperatives and as if built in Brazil. As specific objectives, observe which the advantages of belonging to a credit union, check the economic impact that cooperatives credit added to the social environment in the communities and to characterize these cooperatives, in accordance with the contextualization operating technique. The method used in this work is a literature review of characteristic qualitative and descriptive, based on books, websites, journals, magazines and manuals of procedures. Finally, we performed an analysis on the benefits of cooperatives to its members and to the community, concluding that the cooperatives are of fundamental importance for the population and its associates in the middle where it operates.

Keywords: Cooperativism. Credit. Banks.

REFERÊNCIAS

ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Princípios Cooperativistas. Disponível em: < <http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html> >: Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. Organização das Cooperativas do Brasil. Lei n. 5.764, de 12 de dezembro de 1971: Lei do Cooperativismo. Disponível em < <http://www.ocb.org.br> >. Acesso em 28 set. 2018.

BÚRIGO, F. L. ; MAGALHAES, R. ; MICHELON, A. ; PARENTE, S. . **Guia para constituição de cooperativas de crédito rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

- CANÇADO, Airton Cardoso Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- CANÇADO, A. C.; MEIRA, L.; ESTELA, M. ; REIS , T. Economia solidária e cooperativismo: manifestações de um novo paradigma? In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2, 2004, São Paulo. Anais... São Paulo: NESOL, 2004.
- CANÇADO, Airton Cardoso; GONTIJO, Mário César Hamdan. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influência na legislação brasileira. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3, São Leopoldo, 2004. Anais... São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
- CARNEIRO, Palmyos Paixão. Co-operativismo: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho. Belo Horizonte: Fundec. 1981.
- CHIAVENATO, I., Gestão de Pessoas, Segunda Edição, totalmente revista e atualizada. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 528p.
- COMPARATIVO DE TAXAS DE JUROS. Disponível em <<https://www.sicoobvaledovinho.coop.br/blog-detallhes/9/taxas-de-credito-do-sicoob-custam-metade-do-valor-cobrado-por-maioria-dos-bancos>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- DIFERENÇAS ENTRE COOPERATIVAS E BANCOS. Disponível em <<http://sicoobcredicomigo.com.br/associe-se-ao-sicoob/>>. Acesso em 02/09/2018 às 15:30.
- FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. 2ed. Campinas: Autores Associados, 2009. 240 p.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- Guia de Auditoria Cooperativa da DGRV aplicável nas cooperativas de crédito do Brasil. Disponível em < <http://www.fgcoop.coop.br/guia-de-auditoria-cooperativa-da-dgrv>>. Acesso em: 05 out. 2018.
- KRUGER, G; MIRANDA, A B. Comentários à legislação das sociedades cooperativas, Tomo I – Belo Horizonte: Mandamentos, 2007.
- PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil / Marcos Antonio Henriques Pinheiro. – 6 ed. – Brasília: BCB, 2008.
- PLÁCIDO e SILVA, **Vocabulário Jurídico**, vol.1, 12^a edição, Forense.
- OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Princípios Cooperativistas. Disponível em < <http://www.ocb.org.br> >. Acesso em: 30 set. 2018.
- OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Cooperativas de crédito e seus impactos sociais. Disponível em < <http://www.ocb.org.br> >. Acesso em: 30 set. 2018.
- MEINEN, Enio. As sociedades cooperativistas na Constituição Federal. In: DOMINGUES, Jane A. S. (Org). **Aspectos jurídicos do cooperativismo**. Porto Alegre. Sagra Luzatto, 2004.

RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RODRIGUES, M. R. A., TORRES M. C. S., FILHO J. M., LOBATO. D. M, Estratégia de empresas. 9.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 528p

SISTEMA OCEMG SESCOOP/MG – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DE MINAS GERAIS. Cartilha de Fundos Cooperativos. Minas Gerais: 2018.